

ATA N.º 31/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2020

Aos sete dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Peniche, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Período de intervenção do público.-----

----- 2.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 3.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----1) Concurso público para a empreitada da 2.ª fase de requalificação do fosso das muralhas de Peniche e zona envolvente (setor 7), requalificação da Rua da Ponte Velha – Nomeação do coordenador de segurança em obra e do gestor de contrato - Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----2) Pedido de destaque de parcela, a realizar no prédio sito na Rua Direita, nos Casais do Júlio, apresentado em nome de Maria José Ribeiro Correia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

----- Divisão de Obras Municipais:-----

-----3) Homologação de auto de vistoria para efeitos de receção definitiva das infraestruturas urbanísticas do processo L2/11, em nome de Construções Pedras Muitas, L.ª – Pelouro das Obras Municipais;-----

----- Protocolos:-----

-----4) Protocolo para a realização de estágio profissional – Licenciatura em Dietética e Nutrição, entre o Município de Peniche e a Ordem dos Nutricionistas – Pelouro dos Recursos Humanos; -----

-----5) Candidatura ao Programa Ecovalor “Separa e Ganha” 2020/2021 – Pelouro da Educação; -----

----- Educação:-----

-----6) Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo de 2020/2021 – Pelouro da Educação;-----

----- Documentos previsionais:-----

-----7) Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2020 (modificação 15) - Pelouro das Finanças; -----

----- Apoios diversos:-----

-----8) Atribuição de subsídio para pagamento de despesas efetuadas com a equipa de natação de competição 1.º semestre 2020 – Clube Naval de Peniche – Pelouro do Desporto; -----

-----9) Pagamento de subsídio mensal à Adepe - Associação para o Desenvolvimento de Peniche, no âmbito do protocolo de colaboração celebrado para promoção do desenvolvimento local – Pelouro da Administração Geral. -----

----- 4.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta e cinco minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

Estiveram presentes os senhores: Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, e Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, durante o período de audição do público e durante o período de antes da ordem do dia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Senhor Arquiteto Samuel Félix:

-Disse que pediu esta intervenção para expor que teve um processo de uma operação de loteamento que veio a reunião de Câmara dia 21 de julho em que foi proposto o indeferimento, aprovado pelo executivo, baseado em dois fundamentos de Direito, a alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º do RJUE. Disse que assistiu por vídeo à reunião e depois de saber o conteúdo do indeferimento fez uma reunião na Ordem dos Arquitetos com o apoio jurídico para perceber, porque a parte subjetiva do indeferimento está ao alcance da Câmara entender isso, mas outra coisa é a parte legal do indeferimento e a violação do Plano Diretor Municipal. Afirmou que o projeto de loteamento foi subscrito por si, técnico habilitado, que a interpretação que fez do PDM, independentemente do que possa vir a ser interpretação da Câmara, já por um advogado e pelo jurista da Ordem lhe disse que não violou nenhum regulamento municipal, nomeadamente porque não existe uma unidade de execução para o local, que os moinhos em causa não são património classificado, nem tem faixas *non edificandi* e que inclusive a nível de densidade construtiva está a 50% dos índices de construção numa área urbana. Acrescentou que, pelo facto de ser uma zona periférica, teve a preocupação de expor às técnicas um gradiente do núcleo urbano até à periferia moradias isoladas, não havendo menor densidade que isso. Acrescentou que no dia 1 de julho entrou uma nova Chefe de Divisão que no final no final afirmou que a razão real do indeferimento é o não ter uma unidade de execução para o local, que é o 3.2. que foi um ponto criado em 2016. Disse que em São Bernardino há um terreno balizado por um perímetro urbano e um arruamento completamente já definido e que depois a técnica escreveu “o local, apesar de estar infraestruturado, tememos que seja uma sobrecarga”, ou seja a Câmara foi lá infraestruturar o local para hoje dizer não, não podem lá fazer nada. Afirmou que a Câmara pode entender que tem um impacto negativo no local, mas, normalmente a Câmara transmite aos técnicos em caso de indeferimento o que se poderá edificar, mas que neste caso em concreto nunca houve abertura da parte da Câmara. Manifestou a convicção que a sua proposta como técnico qualificado foi de algo que se adequava a uma zona num perímetro urbano, mas no limite, na zona periférica e transmitiu a dificuldade em ter uma reunião com a senhora Chefe de Divisão. -----

Senhor residente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse ter estado presente numa reunião há algum tempo sobre este processo e acrescentou que se deslocou, pelo menos, duas vezes ao local. Agradeceu a exposição que fez e a objetividade com que a fez, garantiu que a Câmara terá tudo o que referiu em atenção e assegurou que procurarão responder às questões que colocou. Disse que o senhor arquiteto vai ter a sua reunião e que, provavelmente, não foi ainda possível reunir porque entendeu que gostaria de estar presente e comunicou à Chefe de Divisão essa pretensão. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

-Disse que por vezes se tomam decisões, até por desconhecimento de todos os contornos do processo, com base naquela que é a opinião dos técnicos, a não ser que seja algo tão evidente que

o senso comum diga que aquela decisão vai no sentido errado, mas que na questão em concreto isso não aconteceu. Disse que considerou que a exposição do senhor arquiteto, sublinhando aquilo que disse o senhor Presidente, foi muito objetiva, com questões concretas e que ele próprio fazia questão de ver essas matérias clarificadas. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Aproveitou a oportunidade para dizer ao arquiteto Samuel que o que expôs de forma sumária foi abordado na reunião até com a senhora Chefe de Divisão. Disse que, tendo em conta a exposição que fez, tendo em conta a abertura que o senhor Presidente deu pode ser que os serviços tenham abertura para olhar para esta situação e repor a justiça. -----

Senhor Carlos Freitas Mota:

- Disse que o que o traz à reunião de Câmara são os acontecimentos que vêm ocorrendo desde 2013 no lote 19 do loteamento inserido no PUZ6/95 de considerar que as reflexões que fez justificam uma comunicação à Câmara com as reflexões que foi fazendo e passou a ler: "*Senhor Presidente, Srs. Vereadores os meus cumprimentos.*

A justificação para esta Comunicação, na qualidade de munícipe que não se exime de assumir a sua responsabilidade cívica em abstrato, e na de titular do lote 18, do Loteamento 6/95, ter o direito e o dever de pugnar pelo escrupuloso cumprimento do que este consagra e regulamenta, é o Auto de Embargo de Obras n.º 06/2020, aplicado à construção da moradia no lote 19, do mesmo Loteamento, por ela não respeitar a distância que deveria garantir, entre a sua fachada a sul e o passeio da estrada marginal.

Como justificação para esta infração é avançada pelos titulares do lote, a ideia peregrina de que terá havido um deficiente levantamento topográfico, onde o lote é aumentado no seu comprimento em 2,5 metros.

Por força disto, tudo estaria correto a nível do projeto apresentado, no papel, mas não no terreno, a que faltavam os 2,5 metros referidos, para, implantada a moradia, ficar salvaguardada a distância fixada no Loteamento relativamente à marginal.

Independentemente da correção, ou incorreção, do levantamento topográfico, é inquestionável que quando da implantação do polígono da moradia no terreno, tendo em vista iniciar a sua construção, qualquer leigo se aperceberia, e muito mais facilmente os titulares da obra, dado serem ambos especialistas da construção civil, que algo de errado estava a acontecer, dado que a distância regulamentar da fachada à marginal não era assegurada.

O que deveriam ter feito os titulares da obra perante o que observavam? Penso que, como munícipes responsáveis, apenas poderiam corrigir a implantação, no respeito pelas regras que o Loteamento impunha à construção! Ainda nada tinha sido iniciado, era simples, bastava haver vontade de cumprir... O que fizeram, todavia, os titulares? Pura e simplesmente, em consciência e de forma intencional, decidiram prosseguir, criar o facto consumado da ilegalidade, acreditando certamente que mais uma vez resolveriam a situação, através de uma nova alteração do Loteamento. Isto, porque já tinha sido este o comportamento anterior, aquando da apresentação inicial do projeto, onde para a área de cave e arrecadações, desrespeitando o fixado para o seu lote, 180 m², mais uma vez em consciência e intencionalmente, apresentam uma área de 197 m². De notar que já eram privilegiados com os 180m² que se encontravam fixados, pois para o lote 18, contíguo, com 938 m², contra os 688 m² do seu, se encontravam previstos os mesmos 180 m²!!! Face à rejeição, parecer técnico negativo da comunicação prévia pela DGUO, que certamente já esperariam, o que fizeram? Desencadeiam as diligências pela alteração do Loteamento por forma a este poder acolher a sua propositada infração, o que lamentavelmente vieram a conseguir, mercê da demissão da Câmara Municipal na preservação do Normativo que se encontra aprovado para a zona.

E ainda com o bônus de, mais do que os 17 m² suplementares de cave que era a sua pretensão no projeto apresentado, virem a obter um bônus de mais 21 m², num total final de 48 m² de área de cave em espaço exterior à implantação da moradia. E isto, tratado à completa revelia dos restantes titulares com direitos constituídos na área do Loteamento. E isto, também, violando o próprio PUZS, quando este prescreve em medida específica para as moradias unifamiliares isoladas da ZH1, como a do caso em apreciação, que estas podem beneficiar de anexos para garagens, para além da área da implantação da construção principal, não excedendo 5% da área do lote. 5% de 688 m² daria 34,4 m², e afinal vieram a ser consagrados 48 m²!!! Moral da história: benefício ao infrator... Ainda estamos a tentar digerir estas iniciativas violando o que se encontra regulamentado, e já está em marcha uma nova investida com recurso ao mesmo comportamento padrão. Trata-se, agora, da pretensão de ocupar cerca de 14.000 m² da área marginal a poente do Loteamento 06/95, para onde o PUZS prevê exclusivamente zona habitacional, com predominância de moradias unifamiliares isoladas, com uma unidade hoteleira, em conceito de ecoturismo, que subverteria numa forma absoluta todo um trabalho de muitos anos, pela consolidação da área do PUZS, como um espaço residencial de qualidade e tranquilidade. É neste contexto geral que terá de ser equacionado o Embargo às Obras no lote 19, não podendo as soluções que permitam o seu desbloqueamento, serem uma vez mais pautadas pela permissividade que premeia quem propositadamente infringe, confiante que não existem limites nos instrumentos normativos em vigor, às suas descabidas pretensões.

Proteger a faixa verde instituída como prolongamento do passeio público, como preservar a distância das fachadas das moradias aos muros divisórios do espaço público, tal como se encontra regulamentado, são dois desideratos que me parecem insuscetíveis de serem postos em causa, nas tentativas a ensaiar para ultrapassar o Embargo que se encontra em vigor, como resposta ao incumprimento pelos titulares do lote 19, do que deveria ser observado na obra que têm em curso. Admitir, com alguma naturalidade, tal como já aconteceu na Sessão Camarária de 24 de agosto p.p., quero acreditar que em simples declaração de circunstância, uma nova alteração do Loteamento para ultrapassar a situação, não me parece ser a orientação adequada, em particular se beliscar, no essencial, a faixa verde e a distância das fachadas aos muros divisórios, elementos constituintes do verdadeiro standard distintivo de qualidade desta zona habitacional da Costa Sul. Eu quero, obviamente, uma solução para a situação que está criada. Aliás, sou a principal vítima do pesadelo que tenho instalado à minha porta vai para 3 anos, e que igualmente atinge os restantes moradores mais próximos da obra, traduzido entre outras coisas, por: Terreno próximo, naturalizado, transformado em montes de terra e pedregulhos. Acesso público à costa encerrado. Passeios públicos destruídos. Espetáculo confrangedor de redes de arame e chapas, contorcidas e ferrugentas. Somente entendo que a solução a encontrar, não poderá ser uma abdicação de princípios, uma contemporização com comportamentos irresponsáveis, uma destruição do património urbanístico consolidado e legalizado no contexto do PUZS.

Como corolário de todo o exposto, quero acreditar que existirá da parte da Câmara Municipal, a determinação necessária para o garantir. Por mim, fico disponível para as reflexões conjuntas que V. Exas. venham a considerar oportunas, no contexto da procura de uma correta saída para o bloqueio existente.” -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, como o senhor Carlos sabe, a obra encontra-se embargada, a requerente respondeu ao embargo e, neste momento a resposta está a ser avaliada pelos serviços. Agradeceu a intervenção e assegurou que será também tida em consideração garantindo lhe será dada devida atenção que tanto em termos políticos como técnicos. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Agradeceu a vinda, a exposição detalhada do munícipe Carlos Mota e saudou a sua atitude no exercício da sua responsabilidade enquanto munícipe na defesa de interesses do município.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que a Câmara tem tido pouca informação sobre este assunto e que a informação que de facto tem é a que resulta da solicitação de esclarecimentos feitas pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves. Disse que teria feito sentido que os serviços técnicos estivessem presentes para responder cabalmente às questões trazidas pelo senhor Carlos Mota, até porque o senhor efetuou a inscrição prévia. Solicitou que seja facultada toda a informação sobre o embargo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que não tem qualquer informação privilegiada, que muitas vezes as inscrições para as intervenções no período do público são feitas muito em cima, com a agravante desta vez da ausência da Chefe de Divisão, o que não deu possibilidade de aprofundar o processo antes da reunião de Câmara. Registou a disponibilidade do senhor Carlos Mota para falar com a Câmara no sentido de encontrar uma solução para este caso. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que levantou esta questão por duas vezes e que aguarda alguma informação, para além de estar embargada, tendo ficado mais esclarecidos com a vinda do senhor Carlos Mota à Câmara, que saúda e que esclareceu o que estará em causa naquela construção. Disse que a senhora Chefe de Divisão disse no passado dia 24 que a vinda do processo à Câmara estaria para breve. Solicitou que lhe fosse enviada uma informação sobre os motivos do embargo. -----

Senhor Armando Ramos:

- Disse que o assunto que o traz à reunião de Câmara é um assunto que se arrasta desde o primeiro mandato da anterior vereação sobre a construção dos passeios do Alto Veríssimo e a questão da Rua Principal da Bufarda, que para além da questão estética a rua levanta algumas questões de segurança. Disse que pretendia obter um ponto de situação, uma vez que este foi um assunto considerado prioritário pelo atual Executivo e saber o que está planeado tanto no cruzamento como na Rua Principal. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Confirmou que é um processo prioritário, ainda que dentro de outras prioridades. Disse que o projeto de alinhamentos para todo o arruamento feito pela Câmara. Acrescentou que pode partilhar que, assim que forem ultrapassados os procedimentos de uma série de candidaturas que estão já na fase final, foi dada orientação para que este processo avance para projeto de execução ainda em setembro e que depois virá à Câmara para ser aprovado para se dar então início à obra. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que é lamentável que se leve tanto tempo para resolver esta situação porque se trata de uma obra tão premente para a população da Bufarda. Agradeceu a intervenção do senhor Armando.---

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que se a Câmara tivesse condições teria sido a Câmara a executar a obra e que se ao entrar para a Câmara estivesse tudo organizado e preparado a obra até estaria feita e que não se trata de falta de vontade, porque não haverá ninguém mais desgostoso e revoltado que ele próprio porque se houvesse condições até a Junta de Freguesia teria ajudado. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Agradeceu ao senhor Armando ter vindo colocar a questão porque assim a Câmara fica a saber do ponto de situação porque entregaram um documento escrito com dez pontos em fevereiro e até hoje não obtiveram as informações solicitadas. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Agradeceu ao munícipe por ter vindo e disse que queria relevar, independentemente das falhas de informação, que espera que a obra seja concretizada rapidamente. Disse que o Presidente não está mais arreliado, mas que poderá estar igualmente arreliado. Quanto à questão do ser feito cá dentro ou fora, disse sempre defendeu que a maior parte deveria ser feita fora, porque muitas vezes esperar por respostas internas atrasa os processos para lá do desejável. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Esclareceu que esta obra, e outras, vai ser executada por empreitada por concurso, a questão é até chegar lá. Por isso é que temos de mexer em dois setores que têm a ver com contratação pública porque essas deficiências foram detetadas e, ainda que muito se tenha feito, muito está ainda por fazer e há procedimentos muito morosos. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Agradeceu ao senhor Armando ter vindo à Câmara com um assunto que não se tratando de um assunto novo é importante ter ficado expresso um compromisso de avançar o mais rapidamente possível. Disse que em termos internos haverá sempre muita coisa para fazer e que a Câmara está à espera da alteração do organograma dos serviços considerando que era por aí que se devia ter logo avançado. -----

Senhor Armando Ramos:

- Salientou a importância das informações que podemos obter, mesmo que as coisas demorem, exemplificando que no anterior mandato, enviou um mail com um pedido de informação e apenas a vereadora Cristina respondeu, mas é importante obter respostas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Felicitou as quatro Eco-escolas do nosso concelho, premiadas com a Bandeira Verde. -----
- Comunicou que a aquisição do equipamento gerador de hipoclorito de sódio para as piscinas municipais não correu muito bem porque o equipamento teve uma série de avarias, mas o fornecedor assumiu por inteiro a substituição e neste momento aquele que será o sistema mais avançado a nível nacional na produção de hipoclorito por eletrólise, ou seja, apenas com água e sal. -----

Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga:

- Sobre o mail que os membros da Câmara receberam do senhor Augusto e da dona Odete, disse que já foi enviada uma resposta, que o serviço de fiscalização já se deslocou ao local e que a informação está em análise tanto pela DPGU como pelo Gabinete Jurídico. -----

- Disse que o mapa pessoal chegou na passada sexta feira e vai enviá-lo aos vereadores assim que possível. -----
- Sobre a informação solicitada das dívidas de terceiros ao município disse que a espera trazer na próxima semana. -----
- Em relação ao cronograma das obras, informou que já foi solicitado aos serviços e o trará assim que tiver informação. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Informou que está a decorrer uma petição pública para travar a proposta do Plano Diretor Municipal e neste particular, pede uma opinião ao senhor Presidente sobre de que forma se poderá encarar esta petição. Lembrou o senhor Presidente que ficou de enviar aos membros da Câmara o cronograma dos trabalhos para o PDM e que urge sermos mais rápidos, tanto que a senhora Vice-Presidente disse que tínhamos que agir com rapidez. Nesse sentido disse que aguarda por saber qual é o caminho que vamos fazer. -----
- Disse que há três anos que a Câmara espera pelo organograma desta casa, o que iria ou irá organizar os serviços para que possam dar resposta aos munícipes, aos vereadores, no terreno. Acrescentou que o senhor Presidente diz no jornal municipal que a casa está arrumada e disse querer que o senhor Presidente concretize o que está arrumado porque os Vereadores não conhecem o organograma. -----
- Sobre a Regueira do Poço, perguntou como está a situação. -----
- Questionou como está a informação que prometeu partilhar relativamente às necessidades de investimento para responder aos problemas por não usarmos glifosatos. -----
- Sobre o projeto para o estacionamento na Papoa perguntou como está a situação. -----
- Acerca da situação da concessão da Prageira e das concessões municipais que não pagam a renda porque a Câmara não fez o que deveria fazer, solicitando o ponto de situação. -----
- Em relação ao caminho do Gato Cinzento, o caminho que faz a travessia através da quinta do Gato Cinzento, pediu também um ponto de situação. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao Plano Diretor Municipal disse que sabia que mesmo não sendo o autor da proposta do PDM, nem técnica nem de regulamento, que esta seria utilizada para destabilizar a gestão municipal, mas que seria interessante assistir à disputa de alguns interesses em presença. Acrescentou que não simpatiza que com atitudes menos responsável e construtivas dos autarcas e que aquele é um processo que não foi ainda discutido politicamente. Disse que por esse mesmo motivo, houve uma certa resistência por parte de algumas pessoas em partilhar o possível regulamento, porque ele não estava discutido nem havia qualquer decisão municipal relativamente a isso. Disse que continua com muitas dúvidas e que, ainda que se façam observações sobre o que pensa, responderá a cada uma das situações. Acrescentou que, como todos sabem, tanto o Regulamento como o PDM terão de ser aprovados na Câmara, pela Câmara e que será a Assembleia Municipal a decidir na fase final. Transmitiu que não há condicionalismos no seu grupo, nem na Câmara, nem na Assembleia Municipal. -----
- Em relação à petição sobre uma proposta que nem sequer está aprovada, disse que durante este mês de setembro esta discussão não passou a ser urgente só porque se está a instrumentalizar e a mexer com os sentimentos das pessoas, não é por isso que será urgente. Garantiu que durante o mês de setembro será apresentado. Acrescentou que gostaria que o processo do PDM estivesse fechado há muito tempo. Disse que a questão da unidade de execução ainda não foi discutimos, e sendo verdade que a vereadora Cristina tentou discutir como prioridade, sempre entendi que não era prioridade que devemos discuti-la com calma. Transmitiu que foi procurado por vários proprietários de terrenos integrados na unidade de execução e que sabe o que querem e considera

que devem ser tratados com justiça, sendo verdade que fez considerações sobre possíveis investidores tendo dito para falarem com os proprietários e fazerem propostas justas. Em relação ao PDM disse que se irá apresentar ao cronograma, ter uma reunião para discutir o que cada um de nós pensa e tentar desenvolver o processo o mais rapidamente possível, uma reunião para se definir o que queremos e o que não queremos. Disse que se muitos dos vereadores não conhece a sua opinião eu também conheço a opinião dos vereadores. Acrescentou que não se pretende intrometer nas questões entre promotores e donos das propriedades e que até considerava interessante que se pudesse equacionar que fosse o Município a desenvolver, como no Vale do Grou. Manifestou a sua surpresa sobre algumas das considerações que foram feitas em relação às zonas verdes e de equipamentos e garantiu que a parte de Ferrel será discutida. Disse que em termos políticos levamos muito tempo a fazer tudo, mas nos últimos tempos a prioridade era preparar as peças para enviar às entidades que dão parecer, garantindo que não votará a favor se algumas propostas não favorecem o concelho de Peniche. Disse que é preciso ter calma, responsabilidade, competência e estar cá para defender os interesses do concelho. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que concorda com o Presidente que o processo é urgente e não o é apenas porque há uma petição. Manifestou a sua preocupação quanto ao caminho que não foi feito, que em 2018 e 2019 as reuniões foram muito importantes, as propostas não eram boas e, a certa altura, ficámos numa situação de clivagem com a equipa técnica, mas a determinada altura algumas coisas até mudaram e o Presidente que tem acesso à equipa é que tinha que dizer que quem manda é a Câmara Municipal e que eles teriam de apresentar uma proposta alternativa. Sobre a unidade de execução, disse que neste mandato não foi discutida e que disseram que era preciso entrar neste tema, por se tratar de uma questão complexa e difícil que tem de ser muito avaliada. Disse que a unidade de execução foi proposta no mandato anterior e foi a oposição que impossibilitou que avançasse porque não concordavam com os pressupostos dessa proposta. Disse que se pediu para que as pessoas fossem ouvidas e que a equipa nunca quis alterar a proposta que tinha para a unidade de execução. Afirmou que o que está em cima da mesa era o que tinha sido proposto 2016 e ao Presidente cabia a responsabilidade de ouvir os membros da Câmara e de ter tomado uma atitude para não se continuar a protelar. Disse que a motivação era que neste mandato tivéssemos um PDM aprovado.-----

- Solicitou a partilha da informação da REN, RAN e CCDR que o senhor Presidente disse que chegava a 18 de agosto 2020 e a informação sobre os estudos de caracterização e limitação da REN elaborado pela equipa externa “Recurso – Estudos e Projetos de Ambiente e Planeamento”. Sobre a capacidade edificatória do solo disse que desde a reunião com autarcas nunca mais chegou qualquer informação e que lhe parecia fundamental ir à listagem com questões já elaborada para a equipa técnica responder. -----

Senhor Presidente de Câmara, Henrique Bertino:

- Reiterou que disse mais que uma vez que não é a equipa de impõe o que quer que seja, quem decidem são os autarcas, não é a equipa do professor Jorge Carvalho que decide e considerou ser um absurdo levar para a praça pública questões para serem discutidas quando nem os vereadores nem o Presidente aprovaram nem sequer discutiram. Afirmou que o processo atrasou por falta de tempo, que basta fazer uma resenha do funcionamento das reuniões de Câmara para se perceber que acaba por faltar tempo, mas que democraticamente entendeu ouvir todos. Disse que toda a gente que diz que o Plano Diretor Municipal é determinante e disse que concordava com a vereadora é mais determinante saber mais em relação à política de utilização dos solos e que o PDM deve ser um documento o mais completo possível, clarificador, com linhas mestras.

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que o erro foi que depois das reuniões públicas, não houve um trabalho de criar um documento com as propostas para apresentar às pessoas e o que criou alarmismo foi o processo não metódico de gestão do senhor Presidente. Considerou que foi isto que não correu tão bem.---

Senhor Presidente de Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que serão poucos os PDM que foram tão discutidos como o nosso, houve reuniões com as freguesias e os vereadores, houve uma junta de freguesia que veio reunir sem os membros da Freguesia. Garantiu que vai confirmar se efetivamente disse que não ia a Ferrel debater o PDM com a população de Ferrel, manifestou que sente necessidade de confirmar para aferir quem está a mentir ou quem está esquecido. Disse que não entende que os processos estejam fechados com a população, porque não se deve ouvir só quando o processo estiver fechado, pelo que é preciso ouvir e a abertura é completa, total. Solicitou que se seja claro, conhecemos as comissões de acompanhamento do PDM da Câmara Municipal, e será preciso dizer publicamente quem são os nomes dos técnicos e mais quem está por trás de outros acompanhamentos. Assumiu que, em termos de contrato, seria impensável mudar de equipa, considera que faz sentido contratar um técnico do concelho que esteja ligado a um conjunto de interesses, para decidir uma peça fundamental ou que ficasse na mão só de alguns. -----

- Em relação ao organograma referiu que houve muitas dificuldades e disse que considera que o arrumar da casa começa de cima, pelas chefias e está a aguardar que se defina quem é o novo chefe da DEA, o que é determinante para organizarem a estrutura abaixo e que isto é o que considera arrumar a casa, disse que pelo menos melhorada está e que está a pedir opinião aos chefes de divisão sobre os ajustamentos que se têm de fazer no seus setores, pelo que pretende continuar a reunir com os chefes de divisão e sem esta abordagem, o organograma não vem para a reunião de Câmara. -----

- Disse que este mês haverá uma reunião sobre a Regueira do Poço e que estão criadas todas as condições para a resolução deste assunto. -----

- Em relação aos glifosatos disse que é do conhecimento de todos que a proposta do PSD foi colocada sob uma pressão que sendo justa levou a uma tomada de decisão sem que estivessem criadas as condições de intervenção alternativas. -----

- Sobre o estudo do estacionamento da Papôa informou que solicitou que o preparassem para vir a reunião de Câmara e que espera que, em breve, as condições estejam reunidas para que seja discutido. -----

- Pediu para responder mais tarde à questão das Concessões da Prageira porque solicitou que se contactasse a entidade e ainda se está a aguardar informações. -----

- No que se respeita ao caminho do Gato Cinzento disse que precisa de tempo para tratar o processo politicamente, que teremos de criar empatia e conversar com os proprietários e esse é um dos propósitos que tem. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Perguntou ao senhor Presidente se há novidades em relação à Nau dos Corvos. -----

- Solicitou encarecidamente a informação sobre o estudo do acampamento de etnia cigana, a ser trabalhado por uma adjunta do senhor Presidente. -----

- Falou da necessidade de um plano de apoio ao associativismo para o funcionamento regular ao longo do ano. Disse que, atendendo à falta de dinâmica que as associações foram obrigadas a ter no âmbito da pandemia, gostaria de deixar esta ideia que a Câmara deverá pensar num plano de apoio e de fazer o levantamento destas associações. -----

- Sobre o PDM gostaria de dizer que todos têm o direito de exprimir o seu pensamento e que todas as ofensas e injúrias merecem o seu total repúdio, seja para com quem for. Disse que considera

que o processo de revisão está a fracassar em toda a linha por dificuldades na gestão do processo. Disse que se há coisa que o PSD tem tido é uma atitude responsável, colaborativa e de trabalho, que assume todas as minhas responsabilidades e todas as afirmações consigo assumi-las em qualquer contexto e circunstância. Manifestou que foram contra a contratação de uma equipa externa no mandato anterior e que todas as propostas do PSD têm sido rejeitadas peça equipa externa. Acrescentou que há um ano que a Câmara não reúne sobre esta matéria e que foi gestão deste processo que resultou nesta especulação que a comunidade está a fazer foi a falta de informação e de sequência no processo de revisão.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao levantamento do acampamento pediu desculpa não ter feito antes, porque julga que estará concluído, mas que depois de ver se falta completar alguma coisa partilhará o estudo com os senhores vereadores. -----

- Sobre a Nau dos Corvos disse que tem insistido para que nos façam chegar o relatório final. Transmitiu que hoje chegou a informação que ainda falta fazer umas perfurações no edifício. --- .

- Sobre as considerações que o senhor Vereador fez em relação ao PDM, disse desconhecer que se tinham manifestado contra a contratação da equipa externa, pelo menos não se recordava, mas teve o cuidado de ir ver o que propuseram. Acrescentou que não sabe se o caminho seria aquele que preconizavam na proposta e que não está em condições dizer se foi bom, se foi mau, mas considera que seria impensável mudar de equipa. Afirmou que não há nenhum constrangimento se não estivermos de estar de acordo com a equipa, que o importante é tomarmos decisões, chegarmos a consensos. Quanto ao não acolhimento de qualquer proposta do PSD pela equipa externa será uma questão de visitar e tentar ver se foi aproveitado ou não alguma coisa. Se não foi, neste momento, estamos em condições de politicamente de resolver aprovação do PDM.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que a revisão do PDM o preocupa, que a questão do abaixo assinado é ruído que nos obriga a ter que olhar para ver se conseguimos concluir o processo. Acrescentou que temos outro problema que é a aprovação até 9 de janeiro 2021 e a Lei dos solos, e os terrenos que passam a rústicos.-----

- Sobre o contrato de 10 meses com a equipa externa disse que já se passaram dois meses, o que implica que estreita o tempo para analisar.-----

- Acerca da Marginal Norte, disse que pediu qual é a metodologia para a manifestação pública e que já manifestou a sua discordância relativamente à solução que está no site da Câmara com uma via ciclável de dois sentidos e criar um passeio pedonal mais interior ainda à faixa de rodagem só pode ter a sua mais completa discordância.-----

- Disse que tinha a questão da carta dos Conceitos Gourmet que foi enviada a 4 de agosto, solicitando concretamente um ponto de situação.-----

- Solicitou informação sobre a questão dos trabalhos a desenvolver na ilha da Berlenga no pavilhão e na concessão.-----

- Sobre o concurso chefe do DEA perguntou se já está marcada a data das entrevistas.-----

- Em relação ao restaurante da Nau dos Corvos perguntou se o relatório final do LNEC já foi entregue à Câmara e referiu que há quatro anos que a Câmara não consegue resolver esta matéria.

- Solicitou um ponto de situação sobre o estado em que está a transferência para as Câmara da Habitação social que há habitação social fechada e que esta é uma terra com muita gente registada para habitação.-----

- Acerca do Restaurante do Parque perguntou se já há avanço relativamente à proposta de concurso para a concessão.-----

- Perguntou ao senhor Presidente que intervenção está efetivamente a Câmara a fazer junto ao

estádio do Grupo Desportivo de Peniche e Rio São Domingos. -----
- Solicitou uma informação referente à carta da senhora Odete Gedeão. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao traçado da marginal disse que iremos clarificar e que se no site não está claro terá de ser clarificado. Disse que efetivamente está um passeio previsto para a berma interior do novo arruamento e que a ciclovia é também pedonal tal como as restantes que existem no concelho. Agradeceu a chamada de atenção. -----
- Sobre a empresa Conceitos Gourmet informou que está já marcada uma reunião durante a semana corrente. -----
- Sobre a Ilha da Berlenga, garantiu que vai ser feita essa informação que já houve uma reunião entre a arrendatária e os técnicos e partilhou que já tinha solicitado que fizessem uma informação com tudo o que foi feito e tudo o se prevê fazer. -----
- Sobre a data das entrevistas para o concurso de chefe divisão da DEA disse não conseguir precisar, que julga que estavam previstas para dia 15 setembro, mas que tal como fez nas anteriores assim que souber a data definitiva a partilhará com os senhores Vereadores. -----
- Sobre a Nau dos Corvos, tal como referiu anteriormente, ainda é preciso fazer perfurações. -----
- Informou que se encontra na parte final a estratégia para a habitação de Peniche e que o documento virá a reunião de Câmara. Disse que a questão da transferência de competências está ligada a este documento e da Secretaria de Estado da Habitação tem sido comunicado que lhes falta a nomeação de um membro. -----
- Sobre o Restaurante do Parque disse que se enviou uma carta para arrendatário e assim que for possível partilhá-la-emos com a Câmara. -----
- Quanto à intervenção junto ao Rio de São Domingos esclareceu que há um conjunto de entulhos que foram ali colocados em tempos, estamos a tentar libertar o terreno dos entulhos e limpar o rio. Afirmou que o objetivo é trazer à Câmara um projeto de requalificação da zona tendo sido solicitado pronuncia à CCDR sobre o propósito para vermos o que poderemos apresentar, sem mexer nas margens de origem. Disse que assim que obtivermos uma resposta da CCDR a traremos porque será com certeza desejo de todos a melhoria daquele espaço. -----
- Em relação ao processo referido na carta da dona Odete Gedeão comunicou que está a ser trabalhado, que já se respondeu ao e-mail, que a fiscalização já se deslocou ao local e já realizou relatório que está para avaliação DPGU e do Gabinete Jurídico. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Saudou a discussão do PDM e disse que espera que se possa fazer uma discussão em que todos possam participar, porque toda a gente presente tem responsabilidade e que é natural que algumas estejam melhor preparadas que outras, mas que, ainda assim, se considera responsável pelas decisões que toma. -----
- Afirmou que há arrumações diferentes e que respeita as diferentes arrumações de cada um, mas considerou que a arrumação terá muito a ver com a forma como visualizamos o conjunto da moradia e não só com o sótão. -----
- Congratulou-se com a menção das Eco Escolas referidas pelo senhor Vereador e disse que será de salientar estas quatro nomeações. -----
- Questionou como é que está o arranque do ano letivo, se estão previstas medidas de contingência. Alertou para a necessidade de se acautelarem os apoios seletivos e adicionais e perguntou como está a questão do fornecimento da alimentação, se se confirma que as crianças não se deslocam para almoçar e almoçam nas escolas. -----
- Saudou a iniciativa *Webinar* sobre associativismo que se realizará naquele mesmo dia pelas dezoito horas. -----

- Sugeriu que se deva traçar um plano de emergência para a autarquia, nas outras dimensões, económicas, sociais subjacentes à pandemia.-----
- Deu nota que foi ver o parque das autocaravanas na Consolação porque nunca tinha reparado e saudou aquela solução.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino

- Disse que esse parque de caravanas foi uma solução partilhada e avaliada durante algum tempo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal que também lá foi intervir com as suas máquinas, também prestou apoio técnico municipal, mas com a coordenação da Junta de Freguesia.-----

Senhor Vereador Mark Ministro

- Disse que na próxima semana virá à Câmara uma informação global relativamente ao arranque do ano letivo.-----
- Disse que as medidas de prevenção e contingência estão acauteladas, as escolas estão a ultimar os seus planos de contingência.-----
- Confirmou que, no 1º ciclo e pré-escolar os alunos são se deslocam das escolas para almoçar, comem nas próprias salas.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) Concurso público para a empreitada da 2.ª fase de requalificação do fosso das muralhas de Peniche e zona envolvente (setor 7), requalificação da Rua da Ponte Velha – Nomeação do coordenador de segurança em obra e do gestor de contrato - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 902/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, no exercício das funções de Presidente, datada de 02 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Aprovar todas as propostas constantes do relatório final de análise das propostas, elaborado pelo Júri do concurso, datado de 18 de agosto de 2020 e anexo;

Adjudicar a empreitada ao concorrente n.º 4, Submerci - Construção e Urbanizações, L.^{da}, pelo valor global de 1.588.115,00 € (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e quinze euros), a acrescer do IVA à taxa legal em vigor, e prazo de execução de 150 (cento e cinquenta) dias, por ser a proposta mais vantajosa para o Município de Peniche;

Aprovar a minuta do contrato, anexa;

Designar para gestor do contrato da empreitada o Senhor Arquiteto Miguel Carvalho;

Designar para Coordenador de Segurança em Obra, a Senhora Engenheira Filipa Dias.»

(Doc.650 DPGU 01.02/OM/20)-----

2) Pedido de destaque de parcela, a realizar no prédio sito na Rua Direita, nos Casais do Júlio, apresentado em nome de Maria José Ribeiro Correia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:

Deliberação n.º 903/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, no exercício das funções de Presidente, datada de 02 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Aprovar a operação de destaque ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativamente ao pedido de destaque de parcela, a realizar no prédio sito na Rua Direita, localidade de Casais do Júlio, apresentado em nome de Maria José Ribeiro Correia, no dia 11 de dezembro de 2019, conforme proposta de despacho da Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datada de 20 de agosto de 2020.» (Doc.651 DPGU 1374/19) -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

3) Homologação de auto de vistoria para efeitos de receção definitiva das infraestruturas urbanísticas do processo L2/11, em nome de Construções Pedras Muitas, L.da – Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 904/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, no exercício das funções de Presidente, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos no previsto no artigo 87.º do R.J.U.E. (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), anexa-se o auto de receção definitiva das infraestruturas urbanísticas referentes ao alvará de obras de urbanização n.º 1/2014, processo L2/11, em nome de Construções Pedras Muitas, L.^{da}, para sua apreciação e homologação no sentido de serem recebidas definitivamente as mesmas e libertadas as garantias existentes.» (Doc.652 NIPG 4631/20)-----

PROTOCOLOS:

4) Protocolo para a realização de estágio profissional – Licenciatura em Dietética e Nutrição, entre o Município de Peniche e a Ordem dos Nutricionistas – Pelouro dos Recursos Humanos:

Deliberação n.º 905/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, no exercício das funções de Presidente, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pela Ordem dos Nutricionistas e à informação dos serviços de 01 de setembro, proponho, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove o texto do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Ordem dos Nutricionistas, em anexo, que tem por objeto a realização de Estágio Profissional de acesso à Ordem dos Nutricionistas – Licenciatura em Dietética e Nutrição.» (Doc.653 NIPG 13360/20) -----

5) Candidatura ao Programa Ecovalor “Separa e Ganha” 2020/2021 – Pelouro da Educação:

Deliberação n.º 906/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 03 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Setor de Educação, datada de 23 de julho de 2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize a renovação da Candidatura ao Programa Ecovalor – Concurso “Separa e Ganha”.» (Doc.654 NIPG 11288/20)-----

EDUCAÇÃO:

6) Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo de 2020/2021 – Pelouro da Educação:-----

Deliberação n.º 907/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro,

datada de 03 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando,

- A necessidade de recrutamento de técnicos para o desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), e Atividades da Componente de Apoio à Família (CAF) e de Ocupação de Tempos Livres para o ano letivo 2020/2021;
- Que os horários destinados às AEC são reduzidos, ocupando, na sua maioria, apenas uma hora ao final do dia, após a componente letiva;
- Que de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família de Crianças da Educação Pré-Escolar, da Componente de Apoio à Família de Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública de Ensino e Ocupação de Tempos Livres do Município de Peniche, o acompanhamento das crianças será assegurado por uma equipa técnica;
- Estima-se que as necessidades inerentes ao próximo ano letivo, de acordo com o previsto na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, em horários a definir pelos Agrupamentos de Escolas e pelo Município, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 03 de setembro, na sua redação atual, e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, sejam as seguintes:

Áreas de AEC	N.º de técnicos
Laboratórios de Aprendizagem	18
domínio: artístico e científico	
Laboratórios de Atividade Física e Jogos Tradicionais	18
domínio: desportivo	
Laboratórios de Competências Digitais	10
domínio: tecnologias da informação e da comunicação	
Total	46

Proponho, no uso das competências estabelecida nas alíneas r) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal, de acordo com o Mapa de Pessoal para o ano de 2020, aprovado pela Assembleia Municipal, deliberação n.º 71/ 2019, de 13 de dezembro, sob proposta da Câmara Municipal (Deliberação n.º 1281/ 2019, de 28 de outubro) e alterado na sequência da deliberação n.º 7/2020 da Assembleia Municipal, de 19 de junho passado, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, autorize a abertura de procedimento, simplificado e urgente (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), com constituição de Reservas de Recrutamento, com vista ao preenchimento dos postos de trabalho, conforme as necessidades identificadas, inerentes ao ano letivo 2020-2021, e de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 03 de setembro, na sua atual redação, e o estipulado nos artigos 27.º, 30.º, e 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), e de acordo com o definido na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, e no Despacho n.º 6906-B/2020, de 03 de julho, nos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho, e ainda, que considere:

- a) A necessidade de efetuar uma alteração ao Mapa de Pessoal, tendo em conta que estavam previstos apenas 35 postos de trabalho e serão necessários 46 postos;
- b) Atribuição da remuneração horária dos tempos de prestação de trabalho nas atividades de enriquecimento curricular: 12,71€ (doze euros e setenta e um cêntimo), correspondente ao

- índice 151 da carreira dos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário;*
- c) *Atribuição da remuneração horária dos tempos de prestação de trabalho nas atividades de apoio à família e ocupação de tempos livres: 7,95€ (sete euros e noventa e cinco cêntimos), correspondente ao nível 15 da tabela remuneratória única.» (Doc.655 NIPG 13403/20) ----*

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

7) Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2020 (modificação 15) - Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 908/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereadora Ana Rita Petinga, datada de 03 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal aprove a alteração permutativa aos documentos previsionais, para o ano 2020 – modificação n.º 15, conforme consta dos documentos anexos à referida informação.» (Doc.656 NIPG 13660/20)-----

APOIOS DIVERSOS:

8) Atribuição de subsídio para pagamento de despesas efetuadas com a equipa de natação de competição 1.º semestre 2020 – Clube Naval de Peniche – Pelouro do Desporto: -----

Deliberação n.º 909/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 03 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o pedido apresentado pelo Clube Naval de Peniche, através de ofício registado sob o n.º 5742, em 20 de abril de 2020 (NIPG: 6039/20), com as despesas efetuadas no primeiro semestre de 2020, no valor de 514,20 euros, no âmbito do protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Peniche e o Clube Naval de Peniche, em 03 de setembro de 2007;

Considerando que, nos termos da alínea b) da Clausula 2.ª, compete ao Município atribuir um subsídio ao Clube Naval de Peniche para suporte das despesas da equipa de competição;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceda ao Clube Naval de Peniche um subsídio, no valor de 514,20 euros, para pagamento de despesas efetuadas com a equipa de natação de competição, relativas ao primeiro semestre de 2020.» (Doc.657 NIPG 6039/20) -----

9) Pagamento de subsídio mensal à Adepe - Associação para o Desenvolvimento de Peniche, no âmbito do protocolo de colaboração celebrado para promoção do desenvolvimento local – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 910/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, no exercício das funções de Presidente, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a atividade desenvolvida pela Adepe – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, ao abrigo do protocolo celebrado, em 25 de agosto de 2010, para promoção do desenvolvimento local, a situação financeira apresentada pela mesma através de email, de 21 de agosto de 2020, registado sob o n.º 12277, a 24 de agosto, e não havendo útil para submeter o pedido à Câmara Municipal, dada a urgência do mesmo, proponho que a Câmara Municipal, ratifique o meu despacho, de dia 02 de setembro de 2020, emitido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo Anexo, e que determinou o pagamento antecipado do subsídio referente ao

último quadrimestre de 2020 (setembro a dezembro), no valor de 5.000,00 euros.» O senhor Vereador Rogério Cação comunicou o seu impedimento, conforme previsto no n.º 1 do artigo 70.º do CPA, pelo que, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento, não participou da votação. (Doc.658 NIPG 12923/20)-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 911/2020: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo doze horas e cinquenta e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 09 de novembro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
